



Brazilian
Initiative

**for the Voluntary
Carbon Market**

Consulta Pública sobre o Processo de Acreditação das Firmas Jurídicas

Julho de 2023



Objetivo da Consulta Pública

A Iniciativa Brasileira para o Mercado de Carbono Voluntário propõe, por meio de seus patrocinadores, uma consulta pública para coletar **inputs sobre o processo de acreditação sugerido para que as Empresas Jurídicas** entrem no Repositório de Brasileiro de Projetos

**Nosso objetivo é
testar o processo
de acreditação
proposto com um
público mais
amplo**

O que essa consulta pública é...



Validação dos **critérios** de **acreditação** propostos para participação das Empresas Jurídicas no Repositório Brasileiro de Projetos

... e o que não é



Convocar solicitações para participação de escritórios jurídicos no MVP do Repositório

Índice

Isonção de responsabilidade e instruções gerais

Breve contexto sobre a iniciativa BR VCM e o repositório do projeto

Processo brasileiro de credenciamento do Repositório de Projetos

Consulta Pública - Aviso de Isenção de Responsabilidade (1/2)

Isenção de responsabilidade

Oferta de oferta disponível informações gerais e não se oferta a consultoria política, regulatória, Esta, operacional ou financeira, mas apenas a coletar inputs e feedbacks do público em geral sobre os mecanismos pela Iniciativa Brasileira para o Mercado Voluntário de Carbono.

Será assegurada a maior transparência: todas as iniciativas publicadas a final do período de consulta pública (07 de agosto de 2023), juntamente com a de cada respondente.

Reservamo-nos o direito de desconsideração quaisquer respostas que não estejam relacionadas ao escopo desta consulta ou que usem linguagem adequada.

O arcabouço jurídico do mercado de provavelmente no Brasil baseia-se em legislações.

- Decreto Federal nº 9073/2017 - ratifica o Acordo de Paris
- NDC brasileiro
- Estrutura de Varsóvia para REDD+ UNFCCC
- Estratégia Nacional Brasileira para REDD+ Projetos
- Política Nacional sobre Mudanças Climáticas (Lei Federal nº 12.187/2009) e Decreto nº 9.578/2018 que regula a Lei
- Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012)
- Decreto Federal nº 10.144/2019 (Institutos da Comissão Nacional para o REDD+ - CONAREDD+)
- CONAREDD+ oluções N° 01,02 e 03/2020
- Programas Floresta+ e Floresta+ Carbono
- Política Nacional de Pagamentos de Serviços Ambientais (Lei Federal nº 14.119/2021)
- Decreto Federal nº 11.075/2022 - Criação do Sistema Nacional de Redução de Emissões de GEE (SINARE) e dos Planos Setoriais de Mitigação de Mudanças Climáticas

Consulta Pública - Aviso de Isenção de Responsabilidade (2/2)

Isenção de responsabilidade

Em nome da Iniciativa Brasileira para o Mercado Voluntário de Carbono, liderança de patinadores por Amaggi, B3, Bayer, BNDES, Dow, Equinor, Itau, Natura, Rabobank, Vale, Systemica e a McKinsey & Company, Inc. do Brasil Consultoria Ltda., como Conteúdo de conteúdo, processará as respostas e os dados apresentados na consulta pública descrita, de acordo com os termos e condições abaixo.

A McKinsey & Company tem o compromisso de proteger informações e dados relevantes. A McKinsey terá essas informações disponíveis para analisar e melhorar o processo de proposta proposta e dará respostas aos feedbacks recebidos. Seus dados tratados de acordo com são aplicáveis de privacidade de dados, políticas internas e nossa [Política de Privacidade](#). Como a McKinsey é uma organização global, informações que podem ser armazenadas e processadas pela McKinsey e suas afiliadas em países que não o seu local de recrutamento. No entanto, independentemente da localização, aplicaremos o mesmo nível de atendimento e respeito pela sua privacidade.

O papel da McKinsey será de coletar informações e realizar uma análise independente, a qual poderá ser usada pela Iniciativa para elaborar suas próprias recomendações. Nesse sentido, a McKinsey não é responsável pela definição dos critérios de seleção ou pela tomada de qualquer decisão.

Como participar da consulta pública

- ▶▶ Leia primeiro o material de referência para obter todos os detalhes sobre o que a Iniciativa está propondo para o processo de nomeação



Em páginas de conteúdo específicas, você encontrará uma caixa verde no canto superior direito indicando como esse tópico será testado na consulta pública

- ▶▶ Para acessar a consulta pública e fornecer seu feedback sobre os mecanismos, visite o site da Iniciativa ou escaneie o código QR abaixo



- ! Você não tem a obrigação de dar feedback sobre todas as perguntas - sinta-se à vontade para se manifestar apenas sobre os tópicos mais relevantes para você, com o maior nível de detalhe possível
- ! As propostas apresentadas nesses documentos serão atualizadas/revisadas em resposta ao feedback obtido na consulta pública

Índice

Isenção de responsabilidade e instruções gerais

Breve contexto sobre a iniciativa BR VCM e o repositório do projeto

Processo brasileiro de credenciamento do Repositório de Projetos



A "Iniciativa Brasileira para o VCM" visa aumentar a contribuição brasileira para um VCM global com créditos de alta integridade

Missão da Iniciativa



Destruar o potencial do Brasil para apoiar o mundo no alcance da meta de *net zero*



Desenvolver um **Mercado Voluntário de Carbono (MVC)** de **alta integridade** como instrumento para atrair **fluxos financeiros substanciais** para revelar o potencial de financiamento do clima do Brasil e seus benefícios conjuntos (p.ex., proteção à biodiversidade, segurança da água, desenvolvimento socioeconômico)



Reconhecer a **principal necessidade de descarbonizar cadeias/operações de valor**, alavancando créditos de carbono para **compensar as emissões na jornada para atingir o valor zero** e, em seguida, neutralizar as emissões difíceis de reduzir no ponto zero e subsequentes

Princípios orientadores



Buscar uma **ambição dupla: escalonar** o mercado brasileiro de carbono voluntário com **créditos de carbono de alta integridade**



Promover uma **agenda coletiva** que possa **liberar o mercado** criando uma **voz forte comum** (versus interesses individuais)



Criar uma **perspectiva baseada em fatos** que reflita as diversas visões dos participantes e de outras entidades



Desenvolver **ações táticas e voltadas à ação** (o diagnóstico é feito, é hora de agir!)

Nossos esforços atuais estão focados em 4 mecanismos prioritizados para desenvolvimento na fase atual

Detalhado a seguir

01 Conselho MVC BR



Mecanismo proposto

Organização guarda-chuva para apoiar o BR VCM na escala com alta integridade



02 Repositório de projetos



Repositório voluntário nacional de projetos com informações-chave para otimizar o processo de diligência

03 Impacto da natureza jurídica do CC



Avaliação do impacto da definição da natureza jurídica em diversas dimensões, incluindo impactos contábeis, fiscais e de alocação de capital

04 Impacto das discussões globais



Avaliação das atuais discussões globais e potencial impacto no mercado brasileiro de carbono voluntário (p.ex., protocolo GHG)

Outros mecanismos

Soluções
financeiras

Contratos de
referência

Conjunto de dados
de referência

Revisão da
metodologia

Escanear o código QR ou ir a brvcm.org para saber mais sobre os mecanismos propostos pela Iniciativa Brasileira de Mercado Voluntário de Carbono

Por que criar o Repositório? No nível local, o MVC atual tem pouca ou nenhuma especificação sobre estatuto e contexto local

Detalhado a seguir

Nível de impacto



Diretrizes de Integridade Global

Descrição

Benchmark global de projetos de crédito de carbono de alta integridade amplamente discutidos no mercado global
Detalhamento da metodologia e dos processos para assegurar compliance e adesão aos princípios estão **em definição**

Exemplos

Princípios Básicos de Carbono (CCP) por IC-VCM

Status

✓ Artigos sobre princípios publicados em 23/abr
Discussões sobre as principais convenções internacionais



Certificação no nível do projeto

Padrões e metodologias adotados por desenvolvedores certificados e monitorados por **Órgãos de Validação e Verificação** (VVBs)

Altamente aplicável em nível global, com tópicos relacionados à terra sendo supervisionados levemente (p.ex., abordagem comum em todas as regiões)

Verra
Padrão Gold

✓ A maioria dos compradores exige certificação com um VVB para atestar a integridade



Integridade Jurídica

Quando em nível local, há **idiosincrasias específicas do país** (p.ex., propriedade de terras, regulamentação ambiental social) que **requerem verificação** para assegurar a **integridade do projeto**

Cada stakeholder segue diferentes processos e diretrizes, com **padrão/estrutura limitados para verificar ou monitorar** a integridade deles e **transparência limitada**

VVBs começaram a exigir documentos específicos

✗ N/A

Como o Repositório almeja abordar os pontos problemáticos? Três pilares estruturam o Repositório e sua proposta de valor



Disponibilidade de dados do VCM brasileiro

Consolidação e organização de projetos brasileiros de crédito de carbono, de projetos já certificados a novos projetos que ainda estão sendo estruturados, dando aos usuários uma visão completa do mercado brasileiro

Integridade dos projetos brasileiros

Estruturação e padronização do processo de diligência, fornecendo às partes interessadas mecanismos para certificar a integridade (p.ex., cruzamento de informações de diferentes bases, acesso ao memorando feito por uma pessoa jurídica credenciada pelo Repositório)

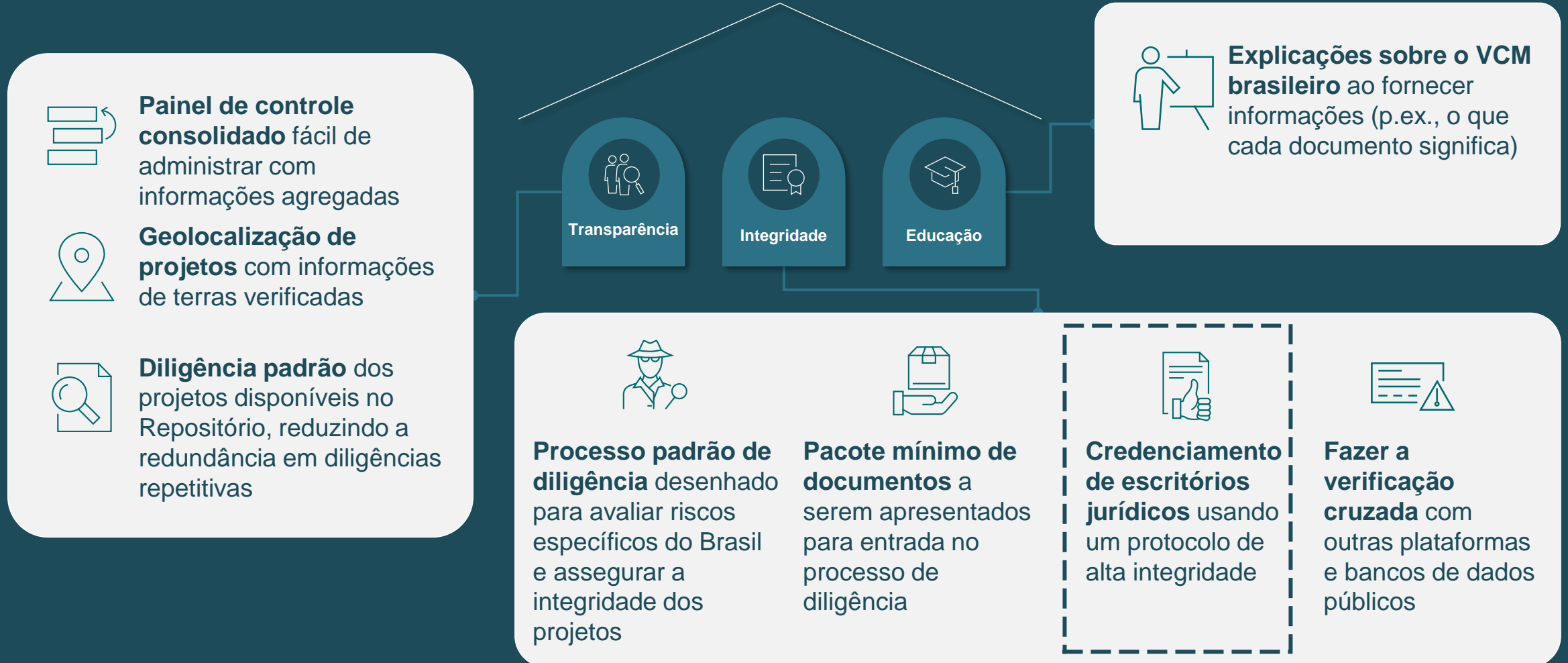
Educação sobre VCM e especificidades brasileiras

Relevância das informações validadas pela plataforma, disseminando conhecimento sobre o contexto brasileiro e sobre o projeto em questão

Como a plataforma está sendo construída para responder a cada pilar?

Existem vários recursos por pilar que formam a proposta da plataforma

 Tópico da consulta



Índice

Isenção de responsabilidade e instruções gerais

Breve contexto sobre a iniciativa BR VCM e o repositório do projeto

Processo brasileiro de credenciamento do Repositório de Projetos



O processo de credenciamento é vital para garantir a integridade do Repositório e dos projetos



Você tem alguma consideração sobre o processo de credenciamento?

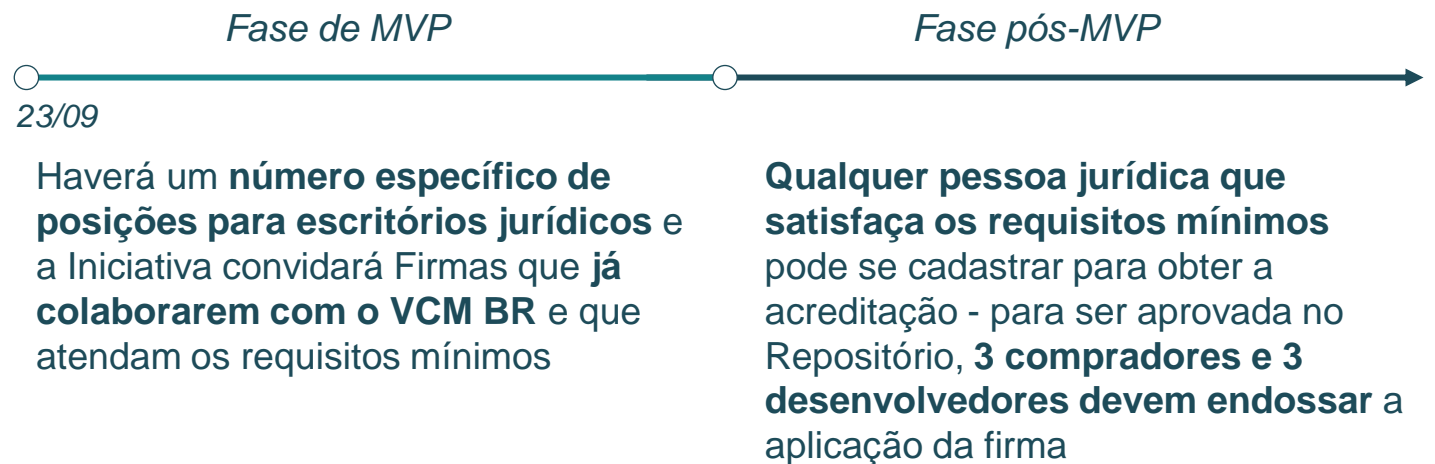
Papel da Firma Jurídica

Firmas jurídicas serão contratadas por compradores e desenvolvedores para **realizar diligências** em projetos de carbono seguindo o **protocolo de diligência padrão** do Repositório. A Firma Jurídica terá acesso à documentação do projeto, **identificando potenciais riscos** e colaborando para um **mercado de alta integridade**.

O processo de diligência não tem o objetivo de ser uma certificação padrão adicional e não apresentará retrabalho, pois **enfocará tópicos específicos do projeto e aspectos de jurisdição**.



> Como ocorrerá o processo de credenciamento?



Requisitos mínimos para credenciamento

- Classificada em pelo menos uma das seguintes categorias na Chambers Brazil: *ESG; Environmental; Real Estate; Agrobusiness*
- Mais de 5 diligências realizadas em projetos relacionados a carbono nos últimos 3 anos
- Mínimo de 10 anos de existência da Firma ou 10 anos de experiência na área de sócios da Firma

